

I - TERMO DE USO CONTRATAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS DE FIDUCIA DA ESTRUTURA FARTES

1. DA CIÊNCIA DO TERMO DE USO:

O presente Termo de Uso se refere a um instrumento firmado entre o agente público e a Coordenadoria de Administração e Finanças – CAF, através dos servidores responsáveis pela gestão de pessoal – RH da **Fundação Cidade das Artes**, localizada na Avenida das Américas, 5300 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ.

A contratação do agente está condicionada à ciência dos termos e das políticas associadas. O usuário deverá ler este termo e política, certificar-se de havê-los entendido, estar consciente de todas as condições estabelecidas no Termo de Uso e se comprometer a cumpri-las.

Ao ser contratado os agentes públicos, o indicado ou o aprovado em concurso, manifesta estar **ciente** em relação ao conteúdo deste Termo de Uso e estará legalmente vinculado a todas as condições aqui previstas.

2. DEFINIÇÕES DO TERMO DE USO:

Para os fins deste Termo de Uso, são aplicáveis as seguintes definições:

- a) **Agente público:** Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.
- b) **Agentes de Estado:** Inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos.
- c) **Códigos maliciosos:** São qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de

computadores.

- d) Sítios e aplicativos: Sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados.
- e) Terceiro: Pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.
- f) Internet: Sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.
- g) Usuários: Todas as pessoas naturais indicadas ou aprovadas em concurso para o quadro funcional da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

3. ARCABOUÇO LEGAL:

O arcabouço legal aplicável ao serviço de contratação de agentes públicos compreende os seguintes atos legislativos e normativos:

- a) Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
- b) Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.
- c) Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 – Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
- d) Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- e) Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 – Princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital.
- f) Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos.
- g) Decreto Rio nº 51260, de 03 de agosto de 2022 – que dispõe sobre a observância dos princípios e regras de integridade pública por parte dos agentes públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, sobre os procedimentos para nomeação, designação e contratação para cargos, funções e

empregos no âmbito do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências;

h) Lei Complementar nº 135 de 04 de junho de 2010, que altera a Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990;

i) Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a consolidação das Leis do Trabalho;

j) Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o vale Transporte e dá outras providências;

k) Lei 13.467 de 13 de Julho de 2017, que altera a CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452 de 01 de maio de 1943 e as leis 6.019 de 03 de janeiro de 1974, 8.036 de 11 de maio de 1990 e 8.212 de 24 de junho de 1991, afim de adequar a legislação as novas relações de trabalho.

l) Decreto Rio nº 49.558 de 06 de Outubro de 2021 - Estabelece o Programa Municipal de Proteção de Dados no âmbito do Poder Executivo Municipal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

m) Decreto Rio nº 53.700 de 8 de Dezembro de 2023 - Institui a Política de Segurança da Informação - PSI no âmbito do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

n) Resolução CVL Nº 216, de 15 de Dezembro de 2023 - Regulamenta as diretrizes da Política de Segurança da Informação - PSI no âmbito do Poder Executivo Municipal.

o) Resolução SEGOVI Nº 91, de 1º de Agosto de 2022 - Regulamenta o Programa de Governança em Privacidade e Proteção dos Dados Pessoais - PGPPDP.

4. DESCRIÇÃO:

4.1 Nome do Serviço: Contratação de agentes públicos.

4.2 Nome da entidade municipal responsável pelo Serviço: Fundação Cidade das Artes.

4.3 Descrição e objetivos do Serviço: O procedimento se inicia com abertura de processo administrativo pela Coordenadoria de Administração e Finanças, contendo a indicação da pessoa que irá ocupar determinado cargo como agente público comissionado no âmbito da Fundação Cidade das Artes, no qual é instruído ofício assinado pelo titular do órgão. Esse processo é enviado pelo processo.rio

para análise e posterior publicação de nomeação.

Após nomeação é feita a abertura da pasta funcional do empregado público contendo as suas informações pessoais para fins de cadastro de pessoal no ERGON para folha de pagamento, inclusão em plano de saúde, caso seja do interesse do agente, solicitação de Vale Transporte e Vale Refeição, ambos os casos será verificado se o agente terá direito, bem como outros benefícios garantidos pela legislação Municipal.

O objetivo deste procedimento é contratar pessoas para assumirem cargos comissionados com as legislações de integridade; de trabalho; de direitos e de deveres da pessoa.

5. DIREITOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO:

De acordo com a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, são direitos básicos do usuário:

- 5.1. Participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;
- 5.2. Obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação;
- 5.3. Acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- 5.4. Proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- 5.5. Atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; e
- 5.6. Obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:
 - a) horário de funcionamento das unidades administrativas;
 - b) serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;
 - c) acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;
 - d) situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado; e

e) valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.

6. RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO:

O usuário se responsabiliza pela precisão e pela veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência deles poderá implicar a impossibilidade de dar continuidade aos serviços de contratação.

Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros.

O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido após o ato de compartilhamento.

O usuário do serviço é responsável pela atualização dos seus dados pessoais e pelas consequências em caso de omissão ou erros nos dados fornecidos.

O usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários; de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual; de sigilo; e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou ainda a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

A Fundação Cidade das Artes não poderá ser responsabilizada pelos seguintes fatos:

- a) Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- b) Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- c) Proteção do computador;
- d) Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
- e) Abuso de uso dos computadores dos usuários;
- f) Monitoração clandestina do computador dos usuários;
- g) Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;

h) Perímetro inseguro.

Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Municipal será responsável pela instalação, no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

7. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

A Fundação Cidade das Artes através da Administração Pública Municipal se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

É de responsabilidade da Fundação Cidade das Artes através da Administração Pública Municipal implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A Fundação Cidade das Artes através da Administração Pública Municipal poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessárias para cumprir com obrigações legais.

8. AVISO DE PRIVACIDADE:

O Aviso de Privacidade estabelecida pela Fundação Cidade das Artes e utilizada para a contratação de agentes públicos, trata da utilização de dados pessoais.

Esse Aviso específico faz parte de forma inerente do presente Termo de Uso, ressaltando-se que os dados pessoais mencionados por esse Serviço serão tratados nos termos da legislação em vigor.

Para mais informações acesse nosso aviso de privacidade contida no item II deste instrumento.

9. INFORMAÇÕES PARA CONTATO:

Em caso de dúvidas relacionadas à contratação de agentes públicos para os cargos da Fundação Cidade das Artes, entre em contato com a CAF/ Recursos Humanos, por meio dos telefones 3325-0778, Sra. Ana Paula e Sr. Ricardo, de 2^a a 6^a feira, das 10h às 16h, exceto em feriados e em pontos facultativos.

Ou pelo e-mail: rh.cidadedasartes@gmail.com

II – AVISO DE PRIVACIDADE

Este Aviso de Privacidade foi elaborado em conformidade com o Marco Civil da Internet e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

A aplicação deste Aviso será pautado pelo dever de boa-fé e pela observância dos princípios previstos no art. 6º da LGPD dentre eles, o da finalidade, da adequação, da necessidade, do livre acesso; da qualidade dos dados, da transparência, da prevenção, da não discriminação e o da responsabilização e da prestação de contas.

1. DEFINIÇÕES:

Para melhor compreensão deste documento, nesta Política de Privacidade consideram-se:

- a) **Dado Pessoal:** Informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.
- b) **Titular:** Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- c) **Dado Pessoal Sensível:** Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- d) **Agentes de tratamento:** O controlador e o operador. Os indivíduos subordinados ou vinculados, como os funcionários, os servidores públicos ou as equipes de trabalho de um órgão ou de uma entidade, que atuam sob o poder diretivo do agente de tratamento não serão considerados como controladores ou operadores;
- e) **Controlador:** órgão da Administração Direta ou entidade da Administração Indireta, do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, a quem compete as principais decisões relativas aos elementos essenciais para o cumprimento da finalidade do tratamento de dados pessoais, bem como a definição da natureza dos dados pessoais tratados e a duração do tratamento;
- f) **Controladoria Conjunta:** determinação conjunta, comum ou convergente, por dois ou mais controladores, das finalidades e dos elementos essenciais para a realização do tratamento de dados pessoais, por meio de acordo que estabeleça as respectivas responsabilidades quanto ao cumprimento da LGPD;

- g) **Operador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- h) **Suboperador:** contratado pelo operador para auxiliá-lo a realizar o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, podendo ser equiparado ao operador perante a LGPD em relação às atividades que foi contratado para executar, no que se refere às responsabilidades;
- i) **Encarregado:** pessoa indicada, mediante ato formal, pelo controlador e pelo operador, cujas identidade e informações de contato estarão divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador e do operador, sendo responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, o operador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD
- j) **Anonimização:** Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
- k) **Dado Anonimizado:** Dado relativo a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- l) **Autoridade Nacional:** Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.
- m) **Banco de Dados:** Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
- n) **Consentimento:** manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada, não sendo a única nem a principal base legal possível para viabilizar o tratamento de dados pessoais.
- o) **Incidente de segurança com dados pessoais:** qualquer evento adverso confirmado, relacionado à violação na segurança de dados pessoais, tais como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, os quais possam ocasionar risco para os direitos e liberdades do titular dos dados pessoais
- p) **Órgão de Pesquisa:** Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituída sob as leis brasileiras e com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.
- q) **Transferência Internacional de Dados:** Transferência de dados pessoais

para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.

r) **Tratamento:** Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

s) **Uso Compartilhado de Dados:** Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

2. BASE LEGAL PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:

O tratamento de dado é realizado com base nos arts. 7º, incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, ou 11, inciso II, alíneas “a”, “b” e “c”, ou art. 14 da LGPD e se limitam ao cumprimento de obrigações legais e regulatórias, execução de políticas públicas, execução de contratos e/ou realização de estudos de pesquisa.

3. CONTROLADOR:

3.1 **Nome do Controlador:** FUNDAÇÃO CIDADE DAS ARTES;

3.2 **Endereço do Controlador:** Avenida das Américas, 5300 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ;

3.3 **Endereço eletrônico do Controlador:** <https://cidadedasartes.prefeitura.rio>

3.4 **Telefone para contato:** (21) 3325-0102;

3.5 **Nome do encarregado de dados do Controlador:** Ricardo da Silva;

3.6 **E-mail do encarregado de dados do Controlador:** ricardo.dasilva@rio.rj.gov.br

4. OPERADOR:

4.1 **Nome do Operador:** FUNDAÇÃO CIDADE DAS ARTES

4.2 **Endereço do Operador:** Avenida das Américas, 5300 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro - RJ

- 4.3 Endereço eletrônico do Operador:** <https://cidadedasartes.prefeitura.rio>
- 4.4 Telefone para contato:** (21) 3325-0102
- 4.5 Nome do(a) encarregado(a) de dados do Operador:** Ricardo da Silva
- 4.6 E-mail do encarregado de dados do Controlador:** ricardo.dasilva@rio.rj.gov.br

5. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS:

O titular de dados pessoais possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

- a) Direito de confirmação e acesso (Art. 18, incisos I e II): é o direito do titular de dados de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.
- b) Direito de retificação (Art. 18, inciso III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- c) Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, inciso IV): é o direito do titular de dados de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- d) Direito de oposição (Art. 18, § 2º): é o direito do titular de dados de, a qualquer momento, opor-se ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- e) Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20): o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

6. QUAIS DADOS PESSOAIS SÃO TRATADOS:

A utilização de determinadas funcionalidades do Serviço pelo titular de dados pessoais dependerá do tratamento dos seguintes dados pessoais:

Dados pessoais:

- a) Nome completo;

- b) Nome social;
- c) Data de nascimento;
- d) Sexo;
- e) Filiação;
- f) Nacionalidade;
- g) Naturalidade;
- h) Número de inscrição no CPF;
- i) Situação cadastral no CPF;
- j) Estado civil;
- k) Endereço de e-mail;
- l) Número de telefone;
- m) RG;
- n) CTPS;
- o) Redes Sociais;
- p) Foto do Usuário;
- q) Dados Bancários.
- r) Endereço;
- s) Título de Eleitor;
- t) PIS;
- u) Registo em Ordem de Classe;
- v) Certificado de Reservista;
- w) Declaração de Imposto de Renda;
- x) Certidões Negativas de processos – TCU, TCM, TCE, TSE, TRF, Polícia Federal (Antecedentes Criminal), Justiça Estadual, Certidão 1º 2º 3º 4º ofícios de distribuição;
- y) Certidão de Nascimento, Casamento, Óbito;
- z) Nome dos dependentes;
- aa) CPF dos dependentes;
- bb) Data de nascimento dos dependentes;
- cc) Certidão de Nascimento, Casamento e Óbito dos dependentes;
- dd) Dados bancários dos dependentes;

6.1 Quando houver tratamento de dados de criança a Fundação Cidade das Artes se compromete:

- a) Tratamento de Dados de Crianças e Adolescentes: O serviço realiza o tratamento de dados de crianças e adolescentes e se compromete a fornecer maior proteção a esses dados. Além disso, o órgão ou entidade municipal se compromete a cumprir todas as disposições legais pertinentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente.”
- b) O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, devendo ser observadas as regras constantes do seu art. 14 da LGPD e, na hipótese de execução de políticas públicas, dos artigos 23 a 30, da referida lei”

6.2 Quando houver tratamento de dados sensíveis a Fundação Cidade das Artes se compromete:

Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis: O serviço realizará tratamento de dados pessoais sensíveis (art. 5º, II, e art. 11, II, da LGPD)? Se fizer, deve ser descrito, de modo destacado, quais tratamentos são realizados. Caso a base legal para tratamento não seja o consentimento, incidindo em uma das hipóteses constantes do art. 11, II, alíneas "a" ou "b", da LGPD, os órgãos e as entidades públicas devem dar publicidade à referida dispensa de consentimento, nos termos do inciso I do caput do art. 23 da LGPD.

7. COMO OS DADOS SÃO COLETADOS:

A forma como os seus dados pessoais são coletados é indicada abaixo:

DADOS TRATADOS	FORMA DE COLETA DOS DADOS
Nome completo	Informado pelo usuário
Nome social	Informado pelo usuário (opcional)
Data de nascimento	Informado pelo usuário
Sexo	Informado pelo usuário
Filiação	Informado pelo usuário
Nacionalidade	Informado pelo usuário
Naturalidade	Informado pelo usuário
Número de inscrição no CPF	Informado pelo usuário
Situação cadastral no CPF	Informado pelo usuário ou Obtido de terceiros (pesquisa pelo google em site governamental)
Estado civil	Informado pelo usuário
Endereço de e-mail	Informado pelo usuário
Endereço	Informado pelo usuário
Número de telefone	Informado pelo usuário
RG	Informado pelo usuário
CTPS	Informado pelo usuário
Redes Sociais	Informado pelo usuário
Dados bancários	Informado pelo usuário
Foto do usuário	Informado pelo usuário
Endereço residencial	Informado pelo usuário
Título de Eleitor	Informado pelo usuário
PIS	Informado pelo usuário
Registro em Ordem de Classe	Informado pelo usuário

Certificado de Reservista	Informado pelo usuário
Declaração de Imposto de Renda	Informado pelo usuário
Certidões Negativas – TCU, TCM, TCE, TSE, TRF, Polícia Federal (antecedente criminal), Justiça Estadual, Certidão 1º 2º 3º 4º ofícios de distribuição.	Informado pelo usuário ou Obtido de terceiros (pesquisa pelo google em site governamental)
Certidão de Nascimento, Casamento, Óbito.	Informado pelo usuário
Nome dos Dependentes	Informado pelo usuário
CPF dos dependentes	Informado pelo usuário
Data de Nascimento dos dependentes	Informado pelo usuário
Certidão de Nascimento, Casamento, Óbito dos dependentes.	Informado pelo usuário
Dados bancários dos dependentes	Informado pelo usuário

8. QUAL O TRATAMENTO REALIZADO E PARA QUAL FINALIDADE

DADO	TRATAMENTO	FINALIDADE
Nome completo	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas; inclusão em plano de saúde; Concessão de benefícios, exame médico, crachá
Nome social	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas; inclusão em plano de saúde; Concessão de benefícios, exame médico, crachá
Data de nascimento	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas; inclusão em plano de saúde; exame médico.
Sexo	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em

	Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	sistemas;
Filiação	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas;
Nacionalidade	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas;
Naturalidade	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas;
Número de inscrição no CPF	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas; inclusão em plano de saúde; Concessão de benefícios, exame médico.
Situação cadastral no CPF	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos;
Estado civil	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos;
Endereço de e-mail	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas;
Endereço Residencial	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos;
Número de telefone	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/	Informação para contratação de agentes públicos;

	Transferência/ Transmissão	
RG	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas; inclusão em plano de saúde; Concessão de benefícios, exame médico.
CTPS	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas.
Redes Sociais	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas.
Dados bancários	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas.
Foto do usuário	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Crachá.
Título de Eleitor	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas.
PIS	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas.
Registro em Ordem de Classe	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas.
Certificado de Reservista	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas.

Declaração de Imposto de Renda	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos.
Certidões Negativas TCU, TCM, TCE, TSE, TRF, Polícia Federal (antecedente criminal), Justiça Estadual, Certidão 1º 2º 3º 4º ofícios de Distribuição.	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos.
Certidão de Nascimento, Casamento, Óbito.	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas.
Nome dos Dependentes	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas; inclusão em plano de saúde; Concessão de benefícios.
CPF dos dependentes	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas; inclusão em plano de saúde; Concessão de benefícios.
Data de Nascimento dos dependentes	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas; inclusão em plano de saúde; Concessão de benefícios.
Certidão de Nascimento, Casamento, Óbito dos dependentes.	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas.
Dados bancários dos dependentes	Coleta/Acesso/Controle/ Armazenamento/Avaliação/ Comunicação/Distribuição/ Processamento/ Transferência/ Transmissão	Informação para contratação de agentes públicos; cadastro em sistemas.

TRATAMENTO:

a) **ACESSO** - ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade,

observada eventual restrição que se aplique;

- b) **ARMAZENAMENTO** - ação ou resultado de manter ou conservar em repositório um dado;
- c) **ARQUIVAMENTO** - ato ou efeito de manter registrado um dado, embora já tenha perdido a validade ou esgotado a sua vigência;
- d) **AValiaÇÃO** - analisar o dado com o objetivo de produzir informação;
- e) **CLASSIFICAÇÃO** - maneira de ordenar os dados conforme algum critério estabelecido;
- f) **COLETA** - recolhimento de dados com finalidade específica;
- g) **COMUNICAÇÃO** - transmitir informações pertinentes a políticas de ação sobre os dados;
- h) **CONTROLE** - ação ou poder de regular, determinar ou monitorar as ações sobre o dado;
- i) **DIFUSÃO** - ato ou efeito de divulgação, propagação, multiplicação dos dados;
- j) **DISTRIBUIÇÃO** - ato ou efeito de dispor de dados de acordo com algum critério estabelecido;
- k) **ELIMINAÇÃO** - ato ou efeito de excluir ou destruir dado do repositório;
- l) **EXTRAÇÃO** - ato de copiar ou retirar dados do repositório em que se encontrava;
- m) **MODIFICAÇÃO** - ato ou efeito de alteração do dado;
- n) **PROCESSAMENTO** - ato ou efeito de processar dados visando organizá-los para obtenção de um resultado determinado;
- o) **PRODUÇÃO** - criação de bens e de serviços a partir do tratamento de dados;
- p) **RECEPÇÃO** - ato de receber os dados ao final da transmissão;
- q) **REPRODUÇÃO** - cópia de dado preexistente obtido por meio de qualquer processo;
- r) **TRANSFERÊNCIA** - mudança de dados de uma área de armazenamento para outra, ou para terceiro;
- s) **TRANSMISSÃO** - movimentação de dados entre dois pontos por meio de dispositivos elétricos, eletrônicos, telegráficos, telefônicos, radioelétricos, pneumáticos etc.;

t) UTILIZAÇÃO - ato ou efeito do aproveitamento dos dados.

9. COMPARTILHAMENTO DE DADOS:

9.1 Compartilhamento de dados com órgãos jurídicos e de controle: Os dados pessoais do titular poderão ser compartilhados com órgãos de controle, tais como Controladoria Geral do Município, Tribunal de Contas do Município, Ministério Público Federal e Estadual Procuradoria geral do Município do Rio de Janeiro.

9.2 Compartilhamento com órgãos de gestão de integridade de agentes públicos como: Secretaria Municipal de Transformação Digital e Integridade Pública, Gabinete do Prefeito, Coordenadoria Geral de Gestão Institucional.

9.3 Divulgação dos dados pela Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial): Os dados pessoais inseridos em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, e, compartilhados com a Empresa Municipal de Artes Gráficas S/A – Imprensa da Cidade, visando à publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, tem como finalidade específica, como determina o artigo 26 da LGPD, a concretização dos princípios da publicidade (artigo 37, caput, da CF/88) e da transparência (arts. 5º, XXXIII, 37, § 3º, II e 216, § 2º da CF/88, regulamentados pela Lei 12.527/2011).

9.4 Compartilhamento dos dados em processos físicos e digitais: Os dados pessoais tratados pela Administração Pública Municipal poderão ser inseridos em processos físicos ou processos virtuais, neste último caso inseridos no Processo.rio, para fins de tramitação de expediente administrativo, em cumprimento aos princípios do devido processo legal e da legalidade administrativa, além das obrigações legais constantes da Constituição Federal, da Lei Federal 9.784/99 e do Decreto Municipal 2.477/80, sendo o tratamento de dados pessoais inseridos nos processos administrativos realizados de acordo com a base legal constante do art. 7º, II, da LGPD.

9.5 Compartilhamento dos dados com Empresas operadoras de planos de saúde, operadoras de vale alimentação ou refeição e operadoras de vale transporte

9.6 Compartilhamento dos dados entre órgãos internos da Empresa: alguns procedimentos para pagamento têm que passar pela Presidência, Diretoria Executiva e Assessoria Jurídica.

9.7 A Fundação poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas ou de outra forma necessária para cumprir com nossas obrigações legais em caso de determinação judicial.

10. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS:

Não haverá transferência internacional de dados pessoais.

11. SEGURANÇA DOS DADOS:

Política de Segurança da Informação - PSI no âmbito do Poder Executivo Municipal, constante do Decreto Rio Nº 53700, de 8 de dezembro de 2023, nos termos da Resolução CVL Nº 216, de 15 de dezembro de 2023.

12. COOKIES:

Não serão utilizados cookies próprios ou de terceiros.

14. TRATAMENTO POSTERIOR DOS DADOS PARA OUTRAS FINALIDADES:

Não haverá tratamento posterior para outras finalidades.

13. MUDANÇAS:

A presente versão V002 deste Termo de Uso e deste Aviso de Privacidade foi atualizado pela última vez em 29/04/2024.

A Fundação Cidade das Artes se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço de contratação de agentes públicos, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização neste instrumento passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos usuários.

14. FORO:

Este instrumento será regido pela legislação brasileira. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.